

Movimentos Cíclicos e Respostas em Mercados de Trabalho Periféricos: A Rms e a Bahia nos Anos 90

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

*Professor do CME/UFBa, diretor da FCE/UFBa,
PhD pela Boston University*

Resumo:

Apresenta o comportamento dos rendimentos e do nível de ocupação por setor e por posição na Região Metropolitana de Salvador durante a década de 90. Destaca as diferenças destes movimentos nas várias conjunturas macroeconômicas nacionais, concluindo pelas perdas dos ganhos médios e aumento da precariedade das relações de trabalho, ainda que, em certas situações, rendimentos e ocupação tenham sido colineares, enquanto, em outras, tiveram inclinações negativas. Afirma que o processo de precarização das relações de trabalho ultrapassa as conjunturas, assim como a tendência para maior concentração de renda. Foram utilizados dados da PME, PNAD e PED, além de indicadores de contabilidade social, abordados separadamente em cada momento cíclico entre a expansão inflacionária do final dos anos 80 e a crise do ajuste do Plano Real em finais de 1997.

Palavras-chave:

Distribuição de Renda; Mercado de Trabalho; RMS; Brasil-Salvador; Brasil-Nordeste.

1 - INTRODUÇÃO

Como em toda a sociedade brasileira, também repercutem na economia da Região Metropolitana de Salvador-RMS os impactos das políticas macroeconômicas que se sucederam nos últimos dez anos e os efeitos da reestruturação produtiva em vários de seus setores. A concentração da renda e o desemprego crescem, apesar da melhora do nível de qualificação dos ocupados e da introdução de novas tecnologias em muitos segmentos importantes de seu dinamismo.

Os dados da TABELA 1 mostram, nos anos noventa, o agravamento da situação do mercado de trabalho, com o aumento da taxa de desemprego, sem alterações significativas na taxa de participação e com redução da ocupação, principalmente para os adultos, ainda que haja uma certa modificação da situação das crianças e adolescentes¹

da generalizada dos rendimentos médios dos que permaneceram ocupados nos dois períodos considerados, destacando-se as maiores perdas de renda tanto dos grupos ocupacionais hierarquicamente superiores, como daqueles mais diretamente impactados pela reestruturação produtiva (trabalhadores da produção industrial grupo 7).

Este artigo procura investigar os movimentos de algumas variáveis econômicas que se alteraram nos anos 90, modificando o mercado de trabalho. O artigo se organiza em mais três seções. Na próxima se apresenta o aumento da população jovem, decorrente de movimentos migratórios e demográficos que afetam o volume de trabalho disponível na RMS durante a década de noventa.

A seção seguinte trata de verificar o comportamento dos indicadores estaduais de produção, além de separar os movimentos cíclicos condicionados por uma periodização da conjuntura nacio-

TABELA 1
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA-PIA POR TIPO DE INSERÇÃO ECONÔMICA

Situação	10 a 14 anos		15 a 17 anos		Mais de 18 anos	
	87/88	96/98	87/88	96/98	87/88	96/98
DESEMPREGO OCULTO	1,3	1,2	4,6	6,4	4,6	6,3
Desemprego por Desalento	-	-	2,4	3,4	1,8	2,1
Desemprego c/ Trabalho Precário	-	-	2,2	3,0	2,8	4,2
DESEMPREGO ABERTO	1,5	2,4	7,4	10,3	5,8	7,8
Desempregados/PIA	2,8	3,6	12,0	16,7	10,4	14,1
OCUPADOS	11,4	7,0	30,4	22,0	60,6	56,6
PEA/PIA	14,2	10,6	42,4	38,7	71,0	70,7
INATIVO COM BICO	2,0	1,4	-	1,5	0,7	0,6
INATIVO PURO	83,8	88,0	55,7	59,8	28,3	28,7
Inativos/PIA	85,8	89,4	57,6	61,3	29,0	29,3
PIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de Desemprego (DES/PEA)	19,6	33,8	28,3	43,1	14,7	19,9

FONTE: AZEVEDO, MENEZES & FERNANDES (1998), PED-RMS; UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/ SEADE-SP.

Do ponto de vista dos rendimentos, também a situação piorou substancialmente na década de noventa. Os dados da TABELA 2² indicam a que-

¹ Em outro trabalho, AZEVEDO, MENEZES & FERNANDES (1998) fazem um levantamento detalhado da situação do mercado de trabalho para crianças e adolescentes constatando que, apesar da diminuição da taxa de participação, o desemprego cresce e piora a situação dos que permaneceram ocupados.

² Em pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, AZEVEDO (1999a, 1999b) apresentam os resultados da análise das mudanças na ocupação da RMS de 1987/88 a 1997/98, utilizando-se a classificação da

nal, no que se refere aos rendimentos médios, ocupação, posições na ocupação e dinâmica setorial³. Na análise dos movimentos, entre os anos de 1988 e 1997, destacam-se cinco períodos tidos

Classificação Brasileira de Ocupações-CBO para identificar diferenças de grupos ocupacionais. A lista dos grupos CBO encontra-se em anexo a este artigo.

³ Foram utilizados os dados levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, assim como os dados da contabilidade social do estado, coletados e calculado pela Superintendência de Estatística e Informações-SEI, da Secretaria de Planejamento e Tecnologia-SEPLANTEC.

TABELA 2
VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DA RENDA NA RMS POR GRUPOS.
EM REAIS DE AGOSTO DE 1998

GGCBO	87/88	96/98	87/88	96/98	
	Participação na ocupação	participação na ocupação	média de rendimento	média de rendimento	Variação
Grupo 1	10,8	13,6	1.375,9	984,9	-28%
Grupo 2	4,3	6,6	2.270,9	1.729,0	-32%
Grupo 3	14,4	14,5	744,5	537,6	-28%
Grupo 4	16,1	14,8	373,9	326,0	-13%
Grupo 5	26,9	25,1	184,7	168,0	-9%
Grupo 6	1,8	1,5	155,1	124,3	-20%
Grupo 7	24	21,2	606,9	406,3	-33%
Grupo 8	1,3	1,1	1.045,7	599,8	-43%
Grupo 9	*	*	276,1	180,8	-35%
Total			616,7	499,3	-24%

FONTE: AZEVEDO (1999a, 1999b).

*amostra insuficiente para análise⁴

como significativos por representarem diferentes momentos conjunturais da economia nacional. Foram eles:

Janeiro de 1988 a Dezembro de 1989

Janeiro de 1990 a Agosto de 1992

Setembro de 1992 a Junho de 1994

Julho de 1994 a Abril de 1995

Maiο de 1995 a Outubro de 1997

Uma das hipóteses que este trabalho procura investigar⁵ refere-se ao rebatimento dos ajustes macroeconômicos de forma mais intensa na distribuição da renda, do que nos movimentos dos salários e do nível de ocupação. Na última seção são apresentados alguns resultados sobre a distribuição de renda nos diversos períodos onde se observa a concentração crescente.

2 - ONDA JOVEM NA RMS

Nas investigações sobre mudanças em mercados de trabalho, particularmente nas análises sobre os elementos que afetam a demanda e oferta de trabalho, uma das dimensões importantes refere-se à dinâmica demográfica, pois ela contextua-

liza as movimentações da população em idade ativa-PIA. Os movimentos da população economicamente ativa-PEA refletem tanto as variáveis que influem na demanda de trabalho, provenientes da dinâmica do mercado de produtos, como o tamanho da PIA, que determina limites para a mobilidade entre a atividade e inatividade econômicas, definindo o tamanho da disponibilidade de trabalho para as ocupações a cada momento. Assim, a análise da dinâmica demográfica⁶ permite explicar até que ponto a movimentação da taxa de desemprego depende fundamentalmente de um movimento excepcional do crescimento populacional ou, em que medida, ela reflete a escassez de dinamismo na criação de novos postos de trabalho sendo, portanto, consequência de uma situação de insuficiência de demanda.

Os dados mostram que a população da RMS cresceu, no período de 1991 a 1996, a uma taxa média anual de 1,6%. Apesar do crescimento relativamente pequeno da RMS, influenciado principalmente pela baixo crescimento populacional de Salvador, há municípios na RMS que apresentaram taxas de crescimento demográfico explosivas no início da década de 90, como Lauro de Freitas, Vera Cruz e Dias D'Ávila. Além destes, os municípios de Itaparica, São Francisco do Conde e Camaçari tiveram crescimento populacional acima da média de crescimento da RMS.

⁴ Consideramos como amostra significativa aquelas que apresentaram frequência superior a 150 casos.

⁵ Uma investigação mais detalhada das relações teóricas entre inflação, desemprego e distribuição de renda, além das mudanças na conjuntura internacional encontra-se em AZEVEDO (1999c).

⁶ Utilizam-se dados do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 1991 e da Contagem Populacional, também feita pelo Instituto Nacional de Estatísticas em 1996.

⁷ AZEVEDO (1999b).

Para avaliar com mais detalhes o crescimento populacional da RMS foram calculadas taxas transversais entre grupos etários defasados em cinco anos⁸, na tentativa de captar os impactos distintos do envelhecimento populacional e dinâmica demográfica vegetativa. Os dados da TABELA 3 mostram que somente as faixas de 5 a 19 anos de idade apresentaram crescimento positivo, nos cinco anos que separam 1996 e 1991. Merece destaque o crescimento de 1,2% do estrato de 15 a 19 anos em 1996, quando comparado com a população de 10 a 14 em 1991.

TABELA 3
TAXAS DE CRESCIMENTO TRANSVERSAL ENTRE FAIXAS ETÁRIAS DA POPULAÇÃO DA RMS 1991/1996

Faixas em 1991	1996	Salvador	RMS
0-4	5-9	-0,50	-0,20
5-9	10-14	0,40	0,60
10-14	15-19	1,20	1,20
15-19	20-24	0,50	0,80
20-24	25-29	-1,10	-0,80
25-29	30-34	-1,00	-0,60
30-34	35-39	-0,90	-0,60
35-39	40-44	-0,60	-0,40
40-44	45-49	-1,50	-1,20
45-49	50-54	-0,79	-0,60
50-54	55-59	-2,20	-2,00
55-59	60-64	-1,60	-1,30
60-64	65-69	-3,10	-2,90
65-69	70-74	-3,60	-3,50
70-74	75-79	-5,10	-4,90

FONTE: IBGE (1991, 1996).

Estes dados devem ser levados em consideração quando forem observadas as taxas de desemprego dos jovens, que crescem bastante no período, não só refletindo a dinâmica da ocupação, mas também um crescimento localizado da oferta de trabalho juvenil. A diferenciação da taxa de participação masculina e feminina, declinante para esta faixa etária, também deve ser considerada como influenciando o aumento da PEA juvenil.

⁸ Estas taxas foram calculadas comparando-se a população no grupo etário *i* de 1996, com a população do grupo etário com cinco anos menos em 1991.

Esta “onda jovem” tem também um forte componente migratório. A proporção dos migrantes entre os habitantes da RMS é de um pouco mais de 5%, sendo que mais de 75% destes são provenientes do próprio Estado da Bahia, como se pode constatar na TABELA 4. Verifica-se ainda, que a taxa de imigração feminina na RMS foi um pouco maior que a taxa masculina, sobretudo em Lauro de Freitas e Salvador, ao passo que, para os outros municípios, a proporção de migrantes masculinos supera esta proporção de mulheres.

Além da “onda jovem”, destaca-se na RMS um forte movimento intra-regional, tanto no âmbito da própria região metropolitana, como dentro do Estado, afetando de forma diferenciada os mercados de trabalho locais. Enquanto Salvador continua concentrando uma proporção bastante elevada da população metropolitana, em dimensões muito maiores do que outras regiões metropolitanas no País, algumas cidades parecem tender a diferenciar-se, com aumento de população mais idosa em algumas e intensa movimentação da população na idade mais ativa economicamente para outras, ao mesmo tempo em que outros tipos de cidades parecem esvaír-se na sua dinâmica demográfica. Salvador e Candeias perdem posição relativa como pólos de atração de migrantes, que parecem se destinar, principalmente, para Lauro de Freitas, Dias D’Ávila e Vera Cruz.

TABELA 4
TAXA DE IMIGRAÇÃO TOTAL E PROVENIENTE DO ESTADO DA BAHIA

Municípios	Total		Homens		Mulheres	
	Total	% da Bahia	Total	% da Bahia	Total	% da Bahia
Camaçari	9,8%	83,1%	9,9%	83,2%	9,7%	82,9%
Candeias	3,0%	80,6%	3,1%	78,9%	2,9%	82,2%
Dias D`Avila	16,2%	84,4%	16,2%	84,3%	16,2%	84,5%
Itaparica	8,4%	93,5%	8,8%	93,6%	8,0%	93,4%
Lauro de Freitas	19,6%	88,3%	19,4%	88,1%	19,8%	88,5%
Madre de Deus	5,4%	82,8%	5,5%	82,9%	5,4%	82,8%
Salvador	3,8%	68,2%	3,5%	64,5%	4,2%	70,9%
São Francisco do Conde	5,6%	94,7%	5,5%	94,9%	5,6%	94,5%
Simões Filho	7,5%	87,7%	7,6%	85,9%	7,4%	87,5%
Vera Cruz	11,0%	87,2%	11,3%	87,5%	10,6%	86,9%
RMS	5,1%	75,1%	4,9%	73,7%	5,3%	76,3%

FONTE: IBGE - Contagem Populacional/1996.

3 - DINÂMICA ECONÔMICA DE ALGUNS SETORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Neste contexto de crescimento da presença de jovens na Região Metropolitana de Salvador, as mudanças da conjuntura econômica passam a ter efeitos diferenciados, porém importantes, nas diversas posições na ocupação e nos setores de atividade econômica. Alguns destes efeitos são visitados a seguir, de acordo com a periodização já mencionada.

O Período Inflacionário (Jan/88 - Dez/89)

O período que antecede a crise dos anos 90 (1988- 1989), foi caracterizado por um crescimento das taxas de inflação, recessão em 1988 e um ligeiro crescimento do Produto Interno Bruto-PIB nacional em 1989. A inflação atingiu, no ano de 1988, um índice acumulado de 933,62%, com aceleração dos índices até o quarto trimestre de 1989.

No caso da economia baiana, as taxas de crescimento do PIB continuaram positivas, porém estáveis, em torno de 3%, como se vê na TABELA 5. A produção industrial nacional acompanha os movimentos do PIB, porém a produção industrial baiana movimenta-se mais influenciada pelo PIB e pela produção industrial nacional, do que

pelo PIB estadual⁹. Do ponto de vista setorial, há um claro aquecimento do setor de comércio, restaurantes e hotéis em 1989, no mesmo ano de reativação industrial.

TABELA 5
TAXA DE CRESCIMENTO PIB BRASIL E BAHIA E DE DOIS IMPORTANTES SETORES DA ECONOMIA BAIANA 1988-1989

	1988	1989
PIB Brasileiro	-0,1%	3,2%
Produto Industrial Brasil	-2,6%	2,9%
PIB Baiano	3,1%	3,3%
Indústria de Transformação	-0,5%	2,5%
Comércio, restaurantes e hotéis	0,3%	6,4%

FONTE: SEI-FUNDAP

Os dados referentes ao mercado de trabalho da RMS, captados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, apresentados na TABELA 6, sugerem que houve um certo aquecimento do mercado de trabalho local no período, com o volume de ocupações crescendo a taxas superiores à oferta de trabalho, mensurada pelo comportamento da População Economicamente Ativa-PEA. Enquanto a ocupação crescia a taxas de 5,4%, a PEA se elevava de 4,1%, indicando uma certa redução das taxas de desemprego no período.

TABELA 6

⁹ Não há estimativas do PIB da RMS, mas ele representa uma grande parcela do PIB estadual, sobretudo nos setores de comércio, serviços e indústria.

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL- MERCADO DE TRABALHO DA RMS

	Taxa de crescimento anual (Jan/88 - Dez/89)
Ocupação	5,4%
Rendimentos médios reais dos ocupados	9,1%
PEA	4,9%
Taxa de Atividade	61,0%

FONTE: IBGE - PME. Elaboração do autor.

Por outro lado, os dados da TABELA 6 também indicam o aumento dos rendimentos médios reais dos ocupados, apesar de que o ritmo de crescimento das ocupações parece ter superado o crescimento da produção, o que sugeriria uma queda da produtividade média do trabalho no período. Este crescimento dos rendimentos médios pode ter sido um dos elementos explicativos para o crescimento do setor de comércio, registrada na TABELA 5.

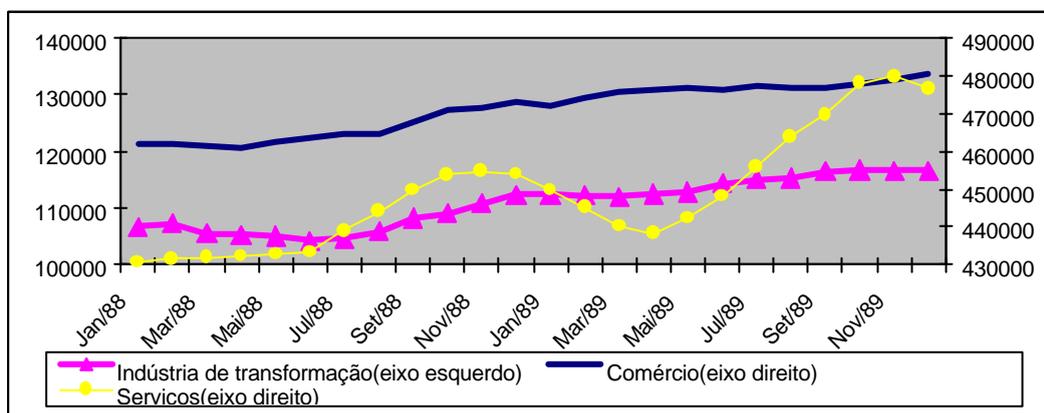
O GRÁFICO 1 representa o movimento da ocupação por setor de atividade na RMS mostrando que o setor de serviços foi o mais dinâmico, na absorção dos ocupados no período considerado. A indústria de transformação e o comércio apresentaram um discreto movimento ascendente.

O dinamismo do emprego no setor serviços em um período de aceleração inflacionária sugere que o setor pode ter tido capacidade de reajustar os seus preços, acompanhando o movimento geral e repassado estes ganhos para a geração de emprego, se os rendimentos reais continuarem crescentes, como parece que de fato ocorreu.

Os rendimentos médios¹⁰, por seu turno, que subiram 9,1% ao ano, com flutuações ao longo do período, mostraram-se declinantes para os assalariados sem carteira e ascendentes para os trabalhadores por conta própria. Neste sentido pode-se falar de uma probabilidade maior de processos de perda dos assalariados, inclusive dos que não tem seus salários regulamentados, enquanto as atividades que absorvem os autônomos tornam-se mais atrativas. No final do período, em 1989, os salários dos assalariados com carteira também parecem ter crescido, como se pode ver no GRÁFICO 2

Esta melhora relativa dos rendimentos dos trabalhadores autônomos deve ter servido como elemento atrativo para esta forma de inserção no mercado de trabalho, crescendo a posição relativa destes trabalhadores como se observa no GRÁFI-

GRÁFICO 1
POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES 1988-1989

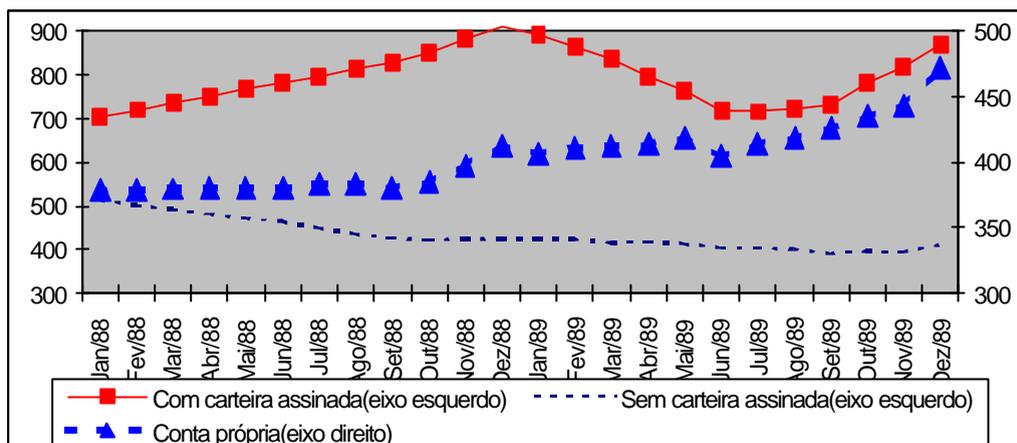


FONTE: IBGE - PME

CO 3.

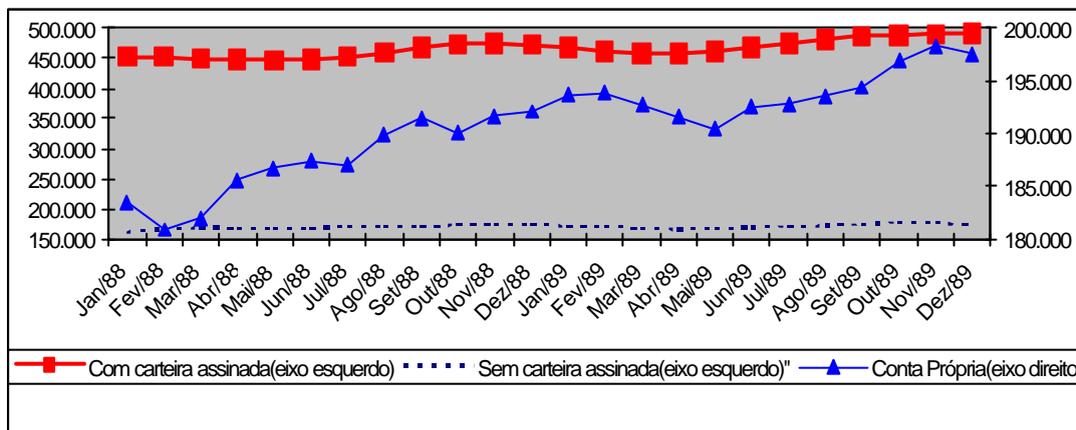
¹⁰ Neste trabalho, utilizamos os rendimentos médios dos ocupados da RMS, fornecidos pelo IBGE-PME, deflacionados pelo IPC - Salvador, Base: Jul/94=100.

GRÁFICO 2
RENDIMENTOS REAIS DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



FONTE: IBGE – PME

GRÁFICO 2
POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



FONTE: IBGE- PME.

Assim, ao mesmo tempo em que a ocupação nos serviços parece acompanhar o nível de preços, a expansão das relações de trabalho não assalariadas pode ser interpretada como uma indicação da perda de relacionamento entre o mercado de trabalho e produto, com a busca de redução de encargos trabalhistas servindo como um mecanismo de compensar eventuais perdas de margem de lucratividade, geradas pela brusca movimentação dos preços. Por outro lado, isto chama a atenção para os processos de flexibilização efetiva que ocorreram na economia, modificando as relações de trabalho apesar da aparentemente rígida legislação trabalhista vigente.

A Primeira Tentativa de Estabilidade Econômica da Década de 90 (Jan/90 - Ago/92)

Depois de uma queda do PIB de 4,3% em 1990, os anos de 1991 e 1992 não apresentam praticamente nenhum crescimento econômico, conforme se pode ver na TABELA 7. O produto industrial brasileiro, por seu turno, apresenta três anos de redução da produção, enquanto a produção industrial baiana, predominantemente composta de produtos intermediários, já indica recuperação no último ano do período, mesmo antes da recuperação nacional. No que se refere ao setor de comércio, restaurantes e hotéis a reação da produção baiana parece ter sido potencializada pelo ciclo, com uma enorme queda em 1991 e

1992. O comércio foi bastante prejudicado neste período por uma redução extraordinária da liquidez, que conduziu a uma queda nas atividades econômicas.

TABELA 7
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB BAIANO E DE DOIS IMPORTANTES SETORES DA ECONOMIA BAIANA 1990-1992

	1990	1991	1992
PIB Brasil	-4,4%	1,0%	-0,5%
Produção Industrial Brasil	-8,2%	0,3%	-4,2%
PIB Bahia	-2,2%	-4,2%	1,3%
Comércio restaurantes e hotéis	-1,5%	-11,1%	-6,5%
Indústria de Transformação	-5,8%	-4,2%	5,8%

FONTE: SEI-FUNDAP.

A crise recessiva parece ter se refletido no crescimento da PEA, que cai para uma taxa de crescimento de 2,3%, como se pode ver na TABELA 8, quando era de 4,9% no período imediatamente anterior. Por outro lado, a ocupação total também reduz seu crescimento de 5,4% de janeiro

TABELA 8
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO RMS 1990/1992

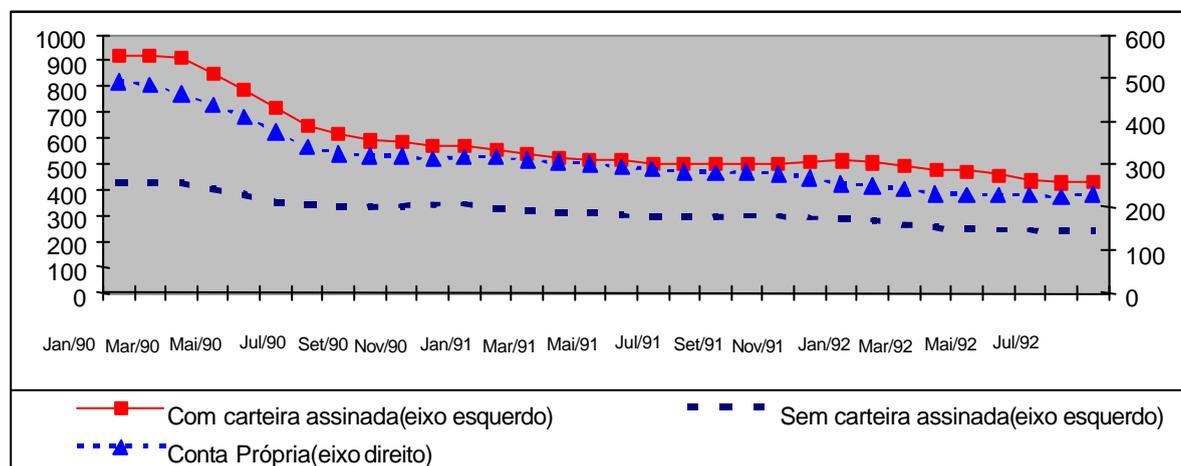
	Taxa de crescimento anual (Jan/90 – Ago/92)
Ocupação	4,5%
Rendimentos médios reais dos ocupados	-30,0%
PEA	2,3%
Taxa de Atividade ¹	-1,3%

FONTE: IBGE – PME. Elaboração do autor.

¹ Taxa de Crescimento da TA

Se não há sinais de aprofundamento do problema ao nível das ocupações, os ajustes se efetivaram principalmente nos rendimentos, que tiveram uma queda brutal de 30,0% no período. Começam a aparecer sinais de modificações na estrutura de produção, de rendimentos e das relações de trabalho, uma vez que houve uma queda dos rendimentos médios dos ocupados convergindo para todas as posições na ocupação, ainda que a queda maior no início do período tenha ocorrido para os assalariados com carteira e os trabalhadores por conta própria, como se observa no GRÁFICO 4.

GRÁFICO 4
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 1990/1992

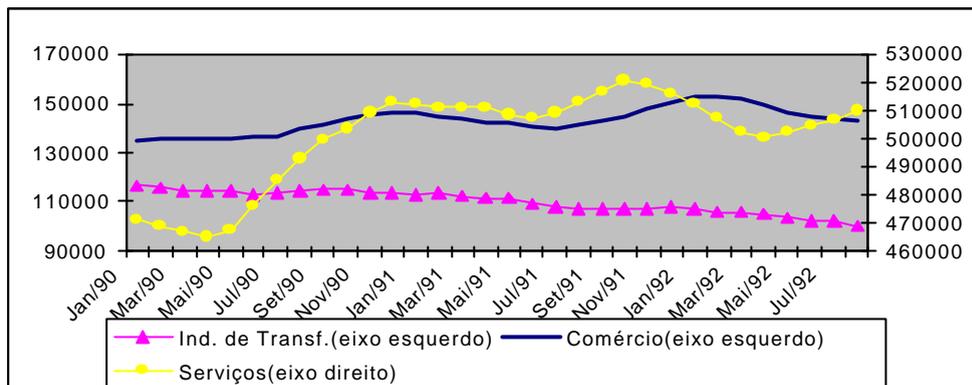


FONTE: IBGE – PME

de 1988 a dezembro de 1989, para 4,5% no período de janeiro de 1990 a agosto de 1992. A redução da taxa de crescimento da PEA, contemporânea à queda do ritmo de crescimento da ocupação, reflete o momento recessivo, porém não se manifesta em explosão das taxas de desemprego, uma vez que a oferta de trabalho fica contida.

Do ponto de vista da ocupação observa-se, no GRÁFICO 4, a continuidade do seu crescimento no setor de serviços, que aumenta mais que no comércio, enquanto a indústria continua em seu processo de enxugamento dos postos de trabalho. O movimento da ocupação nos serviços cresce mais no início do período, estabilizando nos patamares mais elevados em 1991 e 1992.

GRÁFICO 5
POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE 1990/92



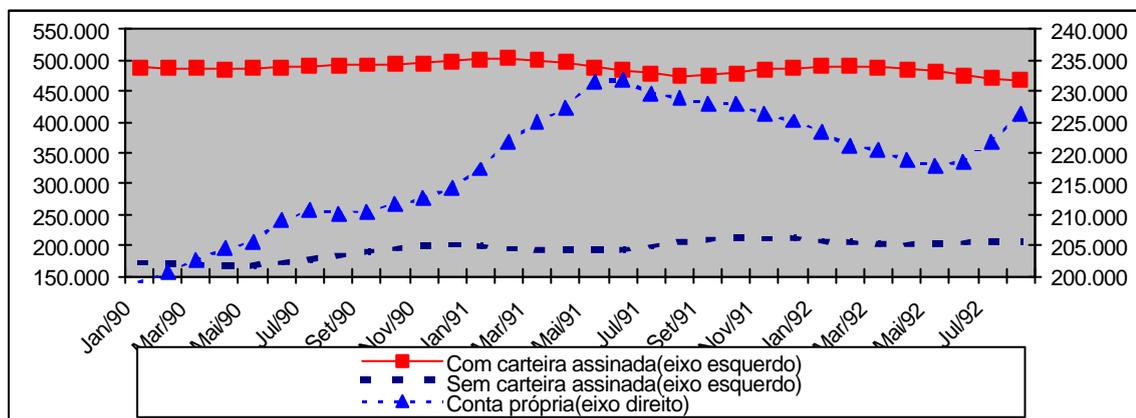
FONTE: IBGE-PME

O número de ocupados com carteira assinada caiu, enquanto o número dos ocupados por conta própria subiu até julho de 1991, sinalizando um aumento da informalização do trabalho (). A PEA cresceu até o início de 1991, em seguida se estabilizou, obtendo um crescimento total de 2,3% ao ano. A taxa de atividade teve uma queda de 1,3% ao ano.

O Fim do Governo Collor e Transição Para o Real (Set/92 - Jun/94)

No período que sucedeu ao governo Collor, a economia brasileira sai de uma situação recessiva para acelerar o crescimento econômico em 1994, conforme se pode ver na TABELA 9. A produção industrial brasileira cresce a taxas ainda maiores

GRÁFICO 6
POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO 1990/1992



FONTE: IBGE - PME.

Apesar da profunda mudança da política econômica, da acelerada abertura para as importações e do gigantesco confisco monetário do ano de 1990, a dinâmica do crescimento das ocupações não assalariadas parece ter continuado, reforçando as hipóteses que sugerem o descolamento dos movimentos do mercado de trabalho das variações das variáveis macroeconômicas e ampliação de sua dimensão social, sendo bastante relevantes as mudanças institucionais para determinar os seus movimentos.

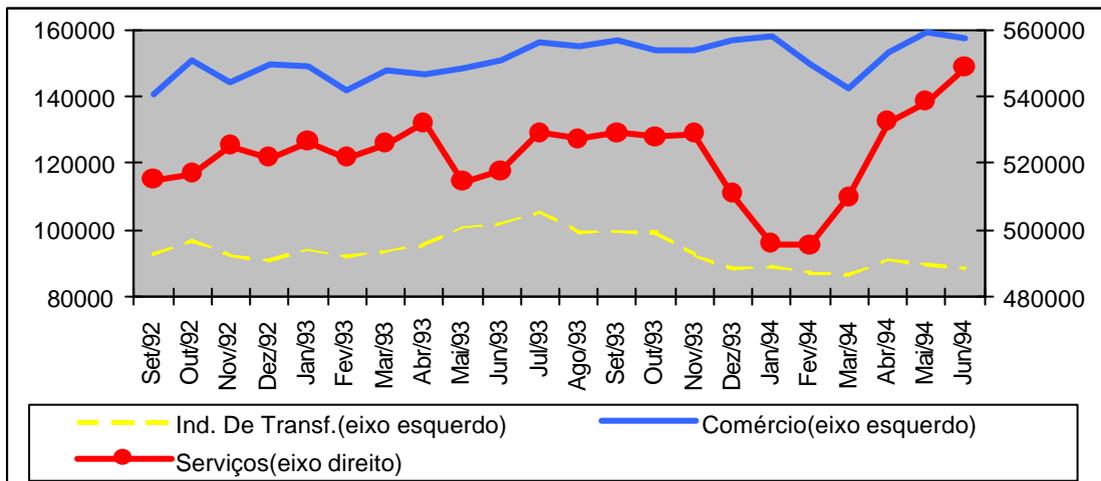
do que o PIB, tanto no País como um todo como no caso da indústria baiana, que tem o seu maior boom em 1993, portanto no ano anterior à expansão provocada pela estabilização do Plano Real. O comércio baiano dá um salto bastante elevado na sua produção em 1994, depois de quatro anos consecutivos de desempenho negativo.

TABELA 9
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB BRASIL,
BAHIA 1992-1994

	1992	1993	1994
PIB Brasil	-0,5%	4,9%	5,8%
Produção Industrial Brasil	-4,2%	7,0%	6,7%
PIB Bahia	1,3%	2,8%	6,7%
Comércio restaurantes e hotéis	-6,5%	-	14,7%
Industria de Transformação	5,8%	9,2%	5,1%

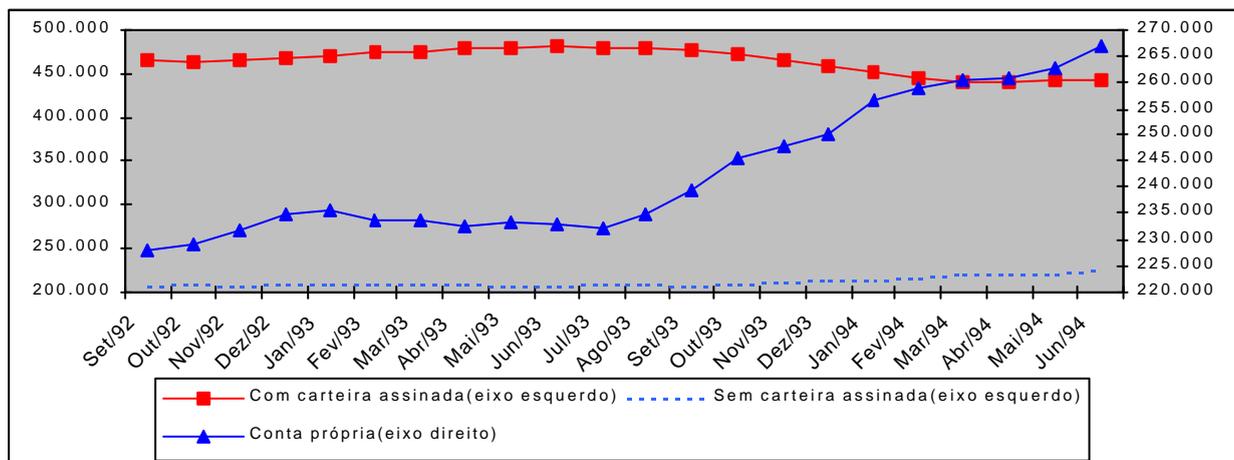
FONTE: SEI-FUNDAP

GRÁFICO 7
POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE 1992-1994



FONTE: IBGE - PME

GRÁFICO 8
POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 1992-1994



FONTE: IBGE - PME

Os dados da TABELA 10 mostram que a redução dos rendimentos médios reais continuou, apesar da retomada do crescimento econômico, assim como a queda da taxa de participação parece indicar que o desemprego não explode, porque a PEA se adapta aos ciclos, minimizando as pressões da oferta de trabalho sobre o desemprego.

TABELA 10
TAXA ANUAIS DE CRESCIMENTO
1992-1994

	Taxa de crescimento anual (Set/92 - Jun/94)
Rendimentos reais médios dos ocupados	-11,4%
PEA	1,9%
Taxa de Atividade	-1,0%

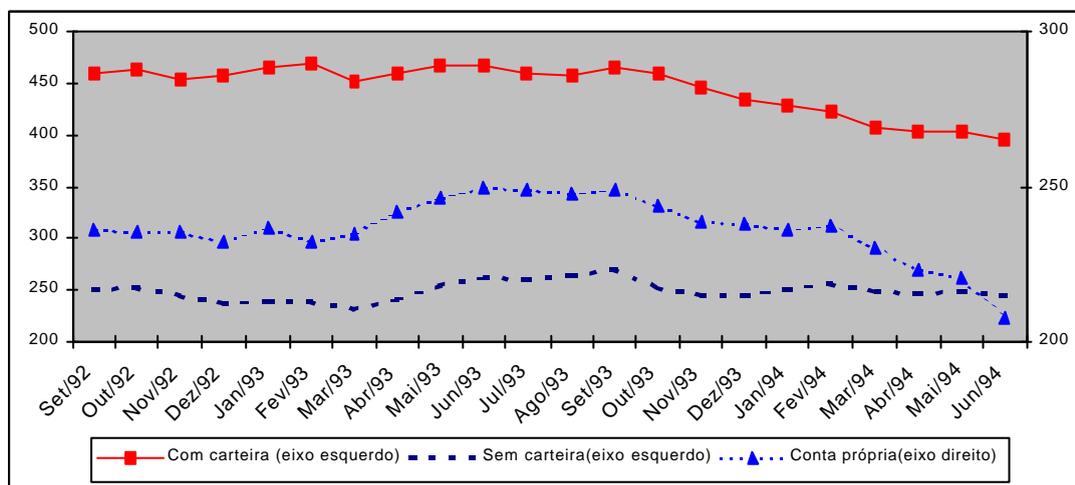
FONTE: IBGE -PME/Elaboração do autor.

enquanto as demais posições se mantiveram relativamente estáveis, com queda dos ocupados com carteira assinada a partir do final do ano de 1993. Também pode ser observado um ligeiro movimento ascendente da população ocupada como assalariados sem carteira assinada, no final do período.

Note-se a diferença do período de aceleração inflacionária (1988/89) quando a expansão da posição de conta-própria era acompanhada de aumento dos seus rendimentos, enquanto agora, na fase de ajuste pré-Plano Real, a transformação do assalariamento em direção aos autônomos ocorre concomitante à perda de seus rendimentos.

Essa situação confirma a tendência para modificação no mercado de trabalho com a aumento da informalidade e das relações de trabalho mais

GRÁFICO 9
RENDIMENTOS MÉDIOS DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



FONTE: IBGE-PME

Esta contenção do crescimento da ocupação também se refletiu na relativa estabilidade dos diversos setores onde os trabalhadores se ocupam, que praticamente não se alteram no período. O GRÁFICO sugere que só em 1994 há algum movimento ascendente da ocupação no setor de serviços, ao tempo em que a ocupação na indústria de transformação continua sua trajetória descendente.

Quando analisam-se as diversas posições na ocupação, no GRÁFICO, verifica-se que o número de ocupados por conta própria aumentou, especialmente a partir do segundo semestre de 1993,

precárias. Os rendimentos reais caíram a uma taxa anual de 11,4%, apesar do PIB estar subindo, indicando que houve apropriação de rendimentos pelos não ocupados. Os rendimentos reais dos ocupados com carteira assinada e dos ocupados por conta-própria caem, enquanto os rendimentos dos sem carteira permanecem estáveis GRÁFICO 9.

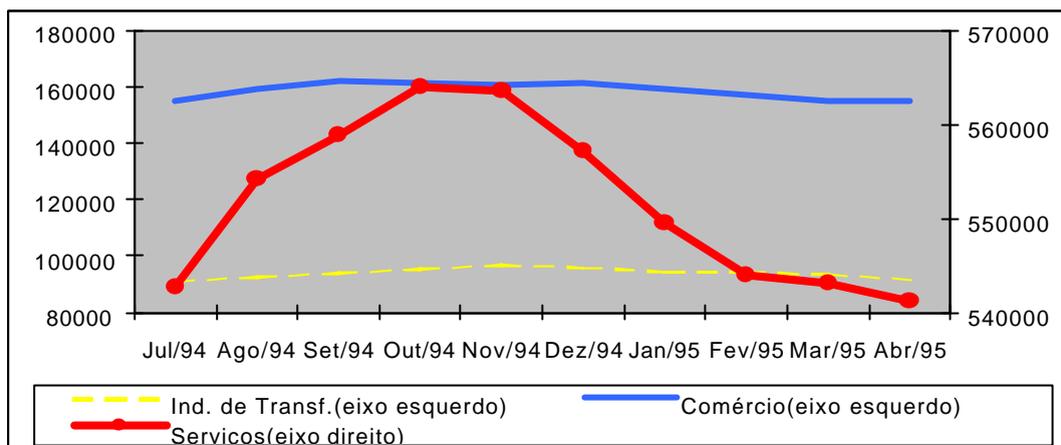
O Plano Real e a Euforia do Consumidor (Jul/94 - Abr/95)

Neste período, a estabilidade da moeda se consolidou e houve expansão da demanda nos primeiros meses, principalmente como resultado

do aumento do salário mínimo, que diminuiu fortemente o número de pessoas abaixo da linha de pobreza¹¹. Em 1994, a inflação desabara de 40% a 50% ao mês no primeiro semestre, para 1% a 2% no final deste mesmo ano. A estabilidade na taxa de câmbio tornou mais difícil o turismo externo¹²

do que proporcional na taxa de crescimento do seu PIB estadual, assim como na sua produção industrial. No entanto, a atividade do setor de comércio, restaurantes e hotéis permanece com elevadas taxas de crescimento.

GRÁFICO 10
POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE 1994-1995



FONTE: IBGE - PME

e favoreceu as importações, em virtude da apreciação monetária do real em relação a outras moedas, os bens e serviços nacionais tornaram-se mais caros no mercado internacional, o que acabaria por beneficiar as importações em detrimento as exportações, gerando assim um déficit na balança comercial.

TABELA 11
CRESCIMENTO DO PIB BRASIL E BAHIA
1994-1995

	1994	1995
PIB Brasil	5,8%	4,2%
Produção Industrial Brasil	6,7%	1,9%
Saldo Balança Comercial ⁽¹⁾	10,0	-3,2
Bahia	6,7%	1,8%
Comércio restaurantes e hotéis	14,7%	12,0%
Indústria de Transformação	5,1%	-0,5%

FONTE: SEI- Fundap⁽¹⁾ US\$ bilhões.

Os dados da TABELA 11 mostram a aceleração do crescimento em 1994 e perda do dinamismo em 1995, com aparecimento do déficit comercial. Por outro lado, os dados da economia baiana mantêm a tendência de respostas potencializadas com defasagem aos movimentos cíclicos nacionais, apresentando em 1995 uma queda mais

TABELA 12
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO MERCADO DE TRABALHO 1994-1995

	Taxa de crescimento anual (Jul/94 - Abr/95)
Ocupação	1,7%
Rendimentos médios reais dos ocupados	4,2%
PEA	0,2%
Taxa de Atividade	-0,7%

FONTE: IBGE - PME/Elaboração do autor.

Os rendimentos reais médios apresentaram uma retomada do crescimento, como se vê na TABELA 12, e a ocupação cresceu mais do que a PEA, reduzindo a taxa de desemprego, ainda que a ligeira queda da taxa de participação indique que continuou o movimento de retenção na inatividade de pessoas que poderiam se tornar economicamente ativas.

Modificando uma tendência que vinha se firmando nos períodos anteriores, o início do Plano Real provoca uma queda da ocupação na área de serviços, ao mesmo tempo que estabiliza a absorção de trabalhadores na indústria de transformação, conforme se observa no GRÁFICO 10. Apesar do aumento da atividade comercial, a ocu-

¹¹ NERI (1997).

¹² AZEVEDO (1999b).

pação do setor não apresentou nenhum movimento extraordinário de crescimento.

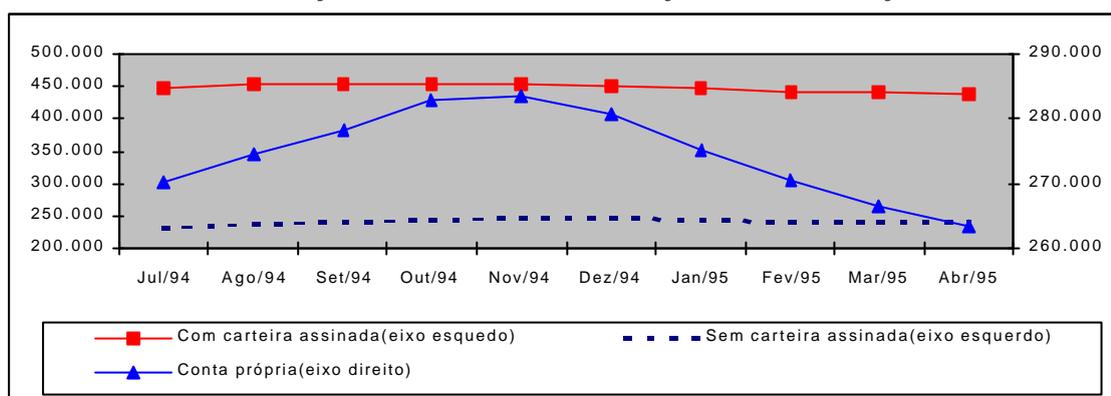
Quanto a posição na ocupação, também aqui houve uma certa reversão de tendências, com a diminuição dos postos dos ocupados por conta própria, no fim do período como se pode observar no GRÁFICO 10. Há também um ligeiro crescimento dos assalariados sem carteira, o que pode sugerir um processo de continuidade da precariza-

mentos relativamente estáveis, como representado no GRÁFICO 12.

Crise Global e Reajustes Macroeconômicos (Mai/95 - Out/97)

Depois da euforia inicial da estabilidade de preços, a crise cambial se avizinha obrigando a ajustes macroeconômicos com a elevação das taxas de juros, contração do crédito e progressiva e lenta desvalorização da taxa de câmbio. As ta-

GRÁFICO 11
POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



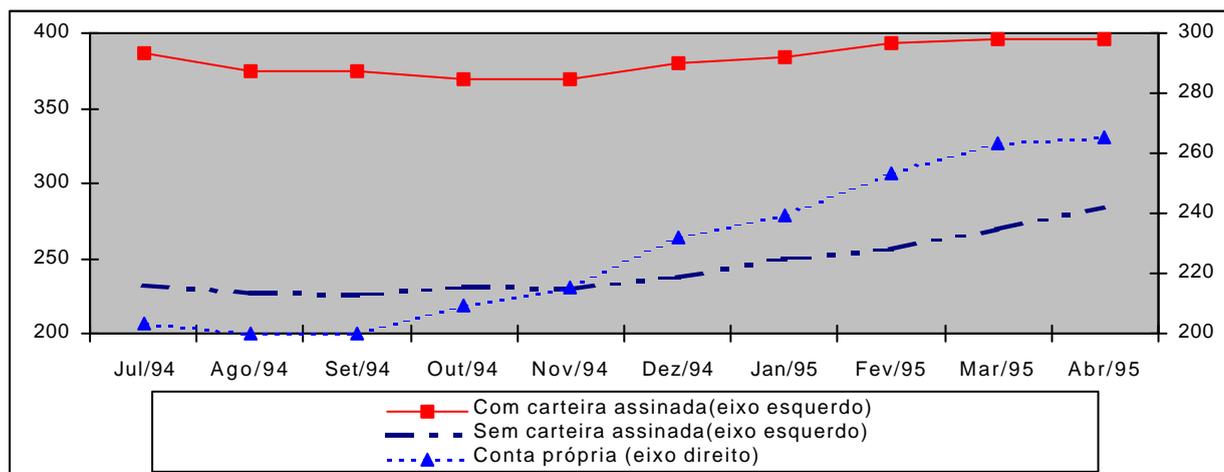
FONTE: IBGE - PME

ção das relações de trabalho aumentando a substituição de assalariados com carteira pelos de-regulamentados, ao invés da criação de postos de trabalho para autônomos.

xas de crescimento declinam e a situação do mercado de trabalho se agrava.

Tanto os assalariados sem carteira e os autônomos apresentaram crescimento dos seus níveis de rendimentos médios reais, enquanto os assalariados com carteira patinavam com seus rendi-

GRÁFICO 12
RENDIMENTOS DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 1994-1995



FONTE: IBGE - PME

TABELA 13
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB BRASIL,
BAHIA 1995-1997

	1995	1996	1997
PIB Brasil	4,2%	2,8%	3,7%
Produção Industrial Brasil	1,9%	3,7%	5,5%
PIB Bahia	1,8%	3,9%	4,5%
Comércio restaurantes e hotéis	12,0%	6,3%	2,9%
Industria de Transfor- mação	-0,5%	4,1%	4,5%

FONTE: SEI-Fundap.

A situação do mercado de trabalho se agravou bastante neste período com a PEA crescendo a taxas superiores à ocupação, ampliando as taxas de desemprego por insuficiência da geração de postos de trabalho, apesar de que os rendimentos médios dos que continuam ocupados tenham se elevado, como se vê na TABELA 14.

TABELA 14
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO MER-
CADO DE TRABALHO 1995-1997

	Taxa de crescimento anual (Mai/95 - Out/97)
Ocupação	2,7%
Rendimentos médios reais dos ocupados	4,4%
PEA	3,3%
Taxa de Atividade	0,1%

FONTE: IBGE - PME/Elaboração do autor.

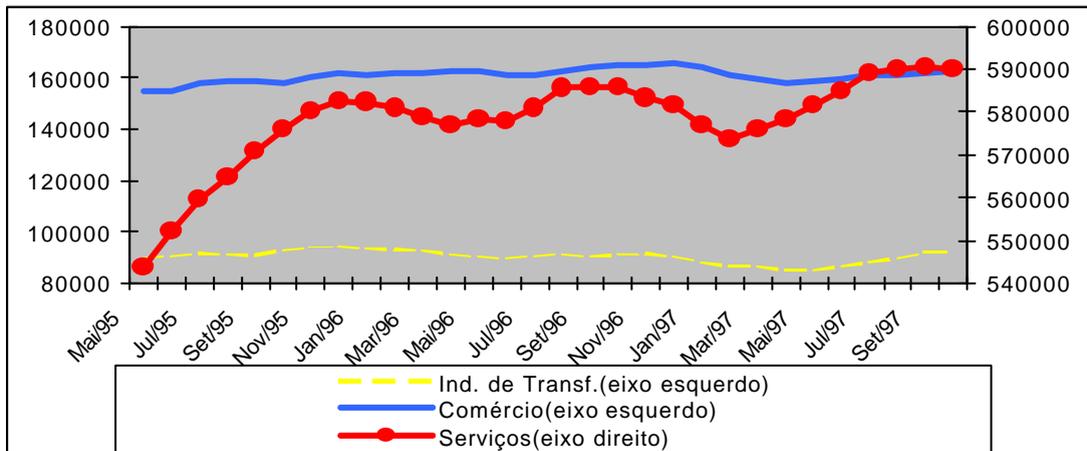
Os dados também mostram um pequeno movimento ascensional da taxa de atividade econômica, indicando aumento da oferta de trabalho em ritmo superior à chegada de pessoas à idade ativa, ainda que o efeito sobre a taxa de participação seja quase imperceptível.

Do ponto de vista setorial, a ocupação no setor de serviços volta a crescer em 1995, estabilizando-se em 1996 e 1997, ainda que hajam indicações de uma nova retomada do crescimento no final do período, conforme se pode observar no GRÁFICO 13. A indústria de transformação reduz sua participação no PIB baiano em 1995 com uma queda de produção de 0,5%, em decorrência das medidas de contenção de demanda do governo, e de fatores regionais, como a greve dos petroleiros em 1995, retomando seu crescimento em 1996.

Enquanto a ocupação cresce no setor de serviços e no comércio refletindo o aprofundamento do processo de terceirização das economias urbanas e as mudanças nas relações de trabalho que terceirizam várias etapas da produção industrial, observa-se, no GRÁFICO 13, que este movimento setorial também foi acompanhado pelo incremento da ocupação dos conta – própria até 1996, havendo um certo declínio no início de 1997.

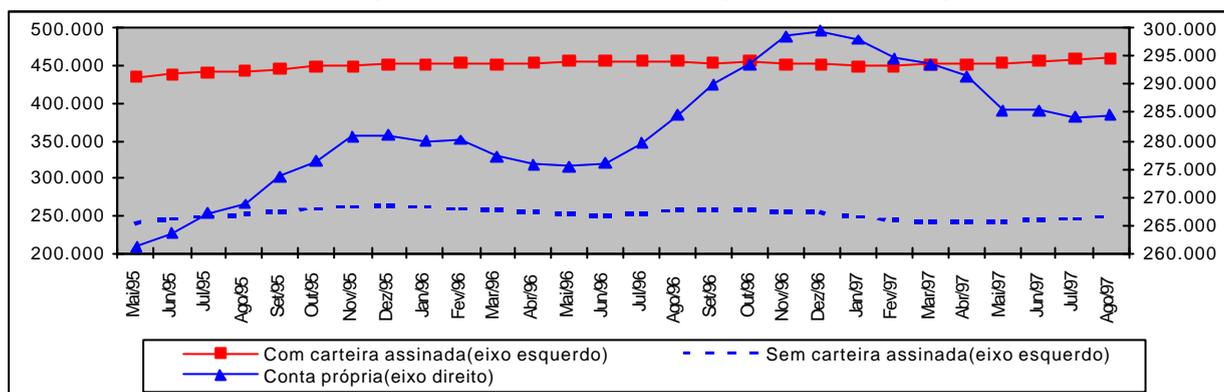
Este movimento declinante da ocupação autônoma, ocorre simultaneamente a uma pequena retomada do crescimento das posições de assalariados com carteira assinada. Ao analisar o compor-

GRÁFICO 13
POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE 1995-1997



FONTE: IBGE - PME

GRÁFICO 14
POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



FONTE: IBGE – PME

tamento dos rendimentos reais médios, no GRÁFICO 14, destaque-se que a perda do dinamismo das ocupações de conta – própria coincide com a queda dos seus rendimentos, assim como há sinais de que os ganhos dos trabalhadores assalariados em geral e particularmente aqueles com carteira assinada apresentam tendências a melhorias de rendimentos, no segundo semestre de 1997.

Neste período, o PIB cresceu, aumentando também a ocupação, principalmente no setor de serviços, seguindo uma tendência verificada no início da década. A participação dos ocupados por conta própria aumentou, assim como os seus rendimentos.

4 - AJUSTES NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

As mudanças nas relações de trabalho com o aumento do assalariamento sem carteira e dos autônomos, além das modificações na estrutura das ocupações e nos rendimentos dos diversos grupos de trabalhadores rebateram claramente sobre a distribuição de renda entre as pessoas da RMS. Os estudos realizados¹³ mostram que o ajuste principal ocorreu nos segmentos de maior renda, ainda que os estratos intermediários da distribuição também tenham perdido participação relativa na distribuição de renda total.

No ano de 1992 ocorreram mudanças metodológicas na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios-PNAD, especialmente no que se refere à conceituação de trabalho¹⁴ e dos rendimentos¹⁵, que permaneceram nos anos posteriores. Os dados coletados estão apresentados na TABELA 15.

¹³ A análise da distribuição de renda na RMS foi realizada a partir dos micro dados da PNAD – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE, referentes aos anos de 1988, 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 e 1996.

¹⁴ Em relação ao trabalho, passa a considerar-se ocupado quem teve pelo menos uma hora de ocupação no período de referência, ao invés das 15 horas anteriores e incluem-se as atividades de auto-consumo e auto-construção.

¹⁵ Em relação aos rendimentos, para os empregadores e conta-própria foram consideradas as retiradas mensais, no lugar da retirada líquida mensal do período anterior.

TABELA 14
INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOS OCUPADOS DA RMS(1988-1990)

Indicadores/Anos	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996
% de pessoas com menos de 2 salários	52,5	51,8	48,1	59,7	58,0	56,9	47,0
% de pessoas entre 2 e 10 salários	36,0	35,8	39,6	35,2	32,4	34,4	42,1
% de pessoas que recebem entre 10 e 20 salários	7,2	7,3	7,2	1,6	3,9	3,4	4,6
% de pessoas com mais de 20 salários	4,2	5,0	5,1	3,4	5,8	5,2	6,3
% dos rendimentos das pessoas que recebem menos de 2 salários mínimos em relação ao total de rendimentos	10,7	10,3	9,4	19,2	14,3	15,1	10,5
% dos rendimentos das pessoas que recebem de 2 a 10 salários mínimos em relação a renda total	32,4	30,1	33,7	46,5	31,8	34,1	34,8
% dos rendimentos das pessoas que recebem entre 10 e 20 sal. Em relação a renda total	21,4	19,4	18,7	15,6	18,4	17,6	17,6
% dos rendimentos das pessoas que recebem mais de 20 sal. Em relação a renda total	35,8	40,1	38,2	18,7	35,5	33,1	37,1
Razão entre o total dos rendimentos dos que recebem mais de 20 salários e o total dos rendimentos dos que recebem menos de 2 salários	3,3	3,9	4,1	1,0	2,5	2,2	3,5
Índice de Gini(1)	0,64	0,65	0,63	0,57	0,64	0,62	0,61
Salário mínimo real	206,1	184,6	116,8	168,89	143,05	121,83	119,4

FONTE: PNAD/IBGE. AZEVEDO (1999c).

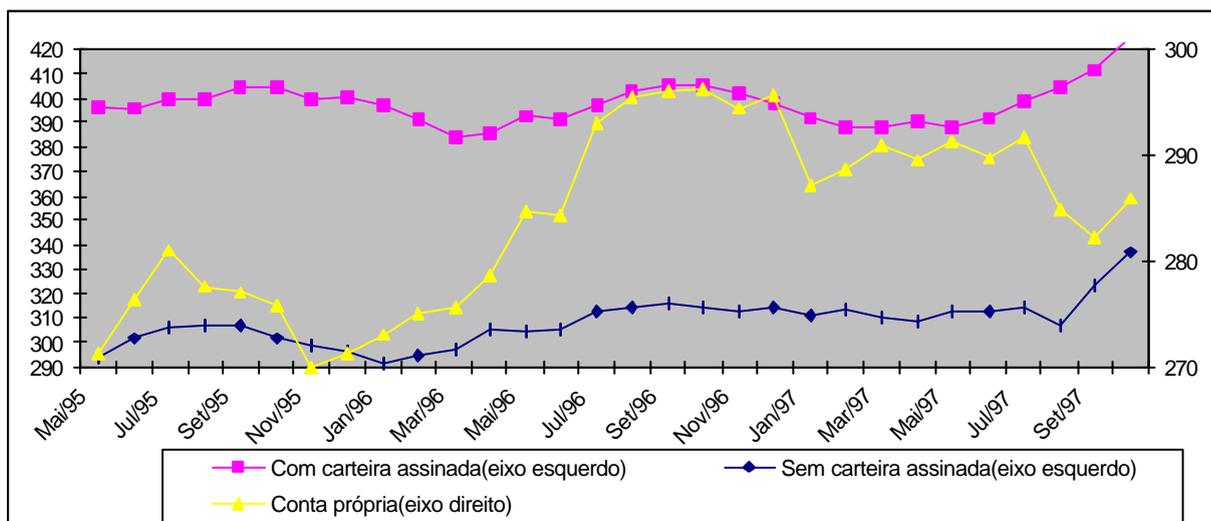
(1) Deflacionado pelo IPC-Salvador/SEI. Julho 1994=100

Um dos problemas da análise da distribuição de renda, quando são considerados valores nominais como definidores de limites dos estratos da distribuição, como por exemplo o salário mínimo, resulta da própria variabilidade deste limite. Este problema de queda contínua do valor do salário mínimo, como se vê no GRÁFICO 15, e a consequente diminuição real dos limites superiores das classes de distribuição dos rendimentos, medidos

como múltiplos de uma variável declinante, embaraça a interpretação dos resultados em termos de melhora ou piora da distribuição real dos ganhos.

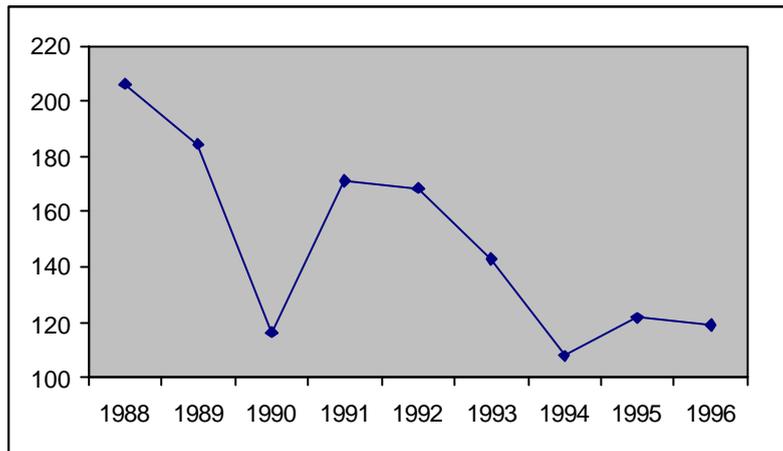
Tentando manter uma certa periodicidade semelhante aos ciclos econômicos já avaliados anteriormente observa-se o seguinte sobre cada um dos momentos conjunturais.

GRÁFICO 15
RENDIMENTOS DOS OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 1995-1997



FONTE: IBGE - PME

GRÁFICO 16
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL



FONTE: IBGE

Distribuição de Renda Entre 1988 e 1990

Os anos de 1988 e 1989 se caracterizaram pelo aumento dos ritmos da elevação dos preços. A constatação do aumento dos rendimentos médios dos ocupados no período de aceleração inflacionária remete para investigação sobre os impactos destes movimentos na distribuição da renda pessoal na RMS. Há evidências de que altas taxas de inflação estão associadas ao aumento da concentração da renda, embora este não se constitua no único fator relevante na determinação do nível de concentração, pois elas favorecem os agentes que podem fixar os seus preços e prejudicam os que não podem se defender via ajuste de seus rendimentos nominais. A análise da distribuição de renda na RMS entre os anos de 1988 e 1990 mostra que houve um aumento da concentração neste período de crescimento da inflação.

A proporção de pessoas que ganhavam menos de 10 salários mínimos¹⁶ caiu de 88,5%, em 1988, para 87,6% em 1989, como se vê na TABELA 14, ao mesmo tempo em que o valor real do salário mínimo apresenta uma queda de 206,1 reais¹⁷, em setembro de 1988, para 184,6 reais em setembro de 1989. A queda do valor real do salário mínimo em proporção muito maior do que a redução da participação de pessoas na faixa infe-

rior a 10 salários mínimos indica uma perda real dos rendimentos da base salarial. Deve-se lembrar que no período também houve um aumento dos rendimentos e da ocupação conta-própria e dos ocupados nos serviços. Esta substituição de trabalhadores assalariados por relações mais precárias, em plena efervescência inflacionária, ao mesmo tempo em que o salário mínimo diminuiu de valor real, indica a perda de eficácia deste instrumento da política de renda para o controle da estabilidade dos preços.

Em 1990, os dados refletem a continuidade da queda do salário mínimo, com a proporção estável em torno de 87,7% de pessoas ganhando menos de 10 salários mínimos.

Por outro lado, o período de aceleração inflacionária aumentou a proporção de pessoas ganhando mais de 20 salários mínimos de 4,2%, em 1988, para 5,0% em 1989 e 5,1% em 1990. A parcela da renda total apropriada por este segmento de alta renda passa de 35,8%, em 1988, para 40,1% em 1989, elevando-se a razão entre os seus rendimentos e o total de rendimentos dos que recebem menos de 2 salários mínimos de 3,3 vezes para 3,9 vezes, nos dois anos. Em 1990, esta razão alcança 4,1 vezes.

O segmento que ganha entre 10 e 20 salários mínimos mantém sua proporção na população, em torno de 7,2%, porém tem uma participação declinante no rendimento total da RMS, caindo de 21,4% em 1988 para 19,4% em 1989 e alcançando 18,7% em 1990. Esta situação pode ser inter-

¹⁶ Os salários mínimos se referem aos salários mínimos reais dos meses de setembro dos anos de 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996, deflacionados pelo IPC de Salvador/SEI.

¹⁷ Em valores de setembro de 1996.

pretada como reflexo do processo de retração nos rendimentos da classe média que perdura até os dias atuais. Pode-se ver que o índice de Gini¹⁸ foi de 0,64 em 1988, 0,65 em 1989 e 0,63 em 1990.

Distribuição de Renda Entre 1992 e 1993

A PNAD não foi realizada em 1994. Os dados da TABELA 15 mostram que o período anterior à estabilização do Plano Real manteve as mesmas tendências de concentração de renda do final dos anos 80. A proporção de pessoas recebendo menos de 10 salários mínimos passa de 94,9%, em 1992, para 90,4%, em 1993, enquanto a proporção dos que ganham mais de 20 salários mínimos vai de 3,4% para 5,8%, nos dois anos considerados. Para evidenciar a enorme concentração de renda que ocorre verifique-se o movimento da proporção da renda total apropriada pelos que ganham mais de 20 salários mínimos, que passa de 18,7% da renda total em 1992 para 35,5%, um ano depois.

Refletindo este aumento da concentração de renda, o índice de Gini aumentou de 0,57 para 0,64. O percentual das pessoas que recebem entre 2 e 10 salários também aumentou, enquanto a parcela representativa dos rendimentos que estes recebem na RMS diminuiu.

Distribuição da Renda no Início do Plano Real 1995-1996

Após o Plano Real, em 1995 e 1996 a concentração de renda manteve-se relativamente estável, quando se observa o comportamento do índice de Gini que passa de 0,62, em 1995, para 0,61, em 1996, conforme apresentado na TABELA 15. A proporção de pessoas ganhando menos de 10 salários mínimos passa de 91,3%, no primeiro ano, para 89,1%, em 1996.

¹⁸ A fórmula para o cálculo de Gini é: $G = 1 - \sum (X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$, onde X_i é o percentual acumulado de pessoas economicamente ativas, que recebem rendimento mensal na RMS, por classe de rendimento, Y_i é o percentual acumulado de rendimentos dessas pessoas e i representa o número de estratos de renda. AZEVEDO (1999).

Neste dois anos, no entanto, a parcela da renda apropriada pelos que ganham mais de 20 salários mínimos aumenta de 33,1% em 1995 para 37,1% em 1996, fazendo com que a razão entre os rendimentos apropriados por este grupo e os rendimentos dos que ganham menos de 2 salários mínimos se elevasse de 2,2 para 3,5 vezes. Note-se, também, que a parcela dos ocupados ganhando entre 2 e 10 salários mínimos salta de 34,4% para 42,1% nos dois anos, apesar de que sua parcela nos rendimentos totais permanece relativamente estável, em torno de 34%.

5 - CONCLUSÕES

As mudanças de conjuntura macroeconômica se manifestaram de forma mais clara na distribuição da renda, na composição das posições na ocupação e no movimento setorial do emprego, além de momentos de ajustes de rendimentos e do nível geral de ocupação.

Estas conclusões favorecem as hipóteses de que há uma relativa flexibilidade do mercado de trabalho que foi capaz de modificar sua estrutura em função da dinâmica macroeconômica. Conjunturas recessivas foram acompanhadas tanto por redução dos níveis de rendimento, como por mudanças nas relações de trabalho e na distribuição de renda.

A dispersão dos rendimentos se alterou neste período com a contração dos rendimentos mais elevados, ainda que também associado em um aumento de escolaridade dos que permaneceram ocupados. A dispersão diminuiu porque os melhor situados no mercado de trabalho reduziram seus ganhos mais do que a queda dos que já estavam nos decis inferiores da distribuição de rendimentos.

Abstract:

This paper attempts to show income and employment movements in the Região Metropolitana de Salvador during the nineties. Different macroeconomic environments are considered in their impacts on income distribution, employment generation and changes in the labor relations. The loss of average earnings and the increase in less formal labor contracts are highlighted as the major characteristics of the period. In some situations income and self-employment moved in the same direction, meanwhile in others they behave in opposite movements. The deterioration of labor conditions and a more precarious labor relations goes beyond each type of conjuncture, signaling deeper structural change in the labor market. Data from PME, PNAD e PED, and from national accounts in regional level were utilized in the paper.

Key words:

Income distribution, Labor market, Labor relations ; Brazil –Salvador;Brazil- Northeast.

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de, MENEZES, Wilson, FERNANDES, C. M. **Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho infantil na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: UNICEF/UFBA, 1998.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Mudanças no padrão de ocupações na RMS 1987- 1997: cai a renda e aumenta a precariedade. **Bahia-Análise e Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 7-26, mar. 1999a.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de (Coord.). **(IC) Reestruturação produtiva e mercado de trabalho: impactos na RMS**. Salvador, 1999b. Relatório de pesquisa CnPQ.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Desemprego e inflação: ajuste macroeconômico concentra a distribuição de renda**. Salvador, 1999. 258 p. Tese (Concurso para professor titular) – FCE/Universidade Federal da Bahia-UFBA, 1999c.

IBGE. **Censo demográfico – 1991**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.ibge.gov.br>

IBGE. **Contagem populacional-1996**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.ibge.gov.br>

NERI, M. O reajuste do salário mínimo de 1995. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5, Rio de Janeiro, 1997. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1997. CD-ROM.

Recebido para publicação em 27.AGO.1999.

ANEXO

Duas categorias foram classificadas separadamente (estagiários e guardas, oficiais e praças) totalizando nove grandes grupos em estudo no presente trabalho.

Os grupos da CBO são os seguintes:

- 1- Trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados
- 2- Membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados
- 3- Trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados
- 4- Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados
- 5- Trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene, embelezamento, segurança, auxiliares de saúde e trabalhadores assemelhados
- 6- Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados
- 7- Trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados
- 8- Guardas e oficiais e praças
- 9- Estagiários.